







TERCIÁRIO SOCIAL
UMA OUTRA DIMENSÃO
DO DESENVOLVIMENTO LOCAL
EM ESPAÇO RURAL?





TÍTULO:

Terciário Social

Uma outra dimensão do desenvolvimento local em espaço rural?

AUTOR:

David Machado

IMPRESSÃO E ACABAMENTO:

PMP - Serviços e Equipamentos Gráficos, LDA.

EDIÇÃO:

Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

ISA - Instituto Superior de Agronomia

INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária

Rota do Guadiana - Associação de Desenvolvimento Integrado

Outubro de 2013

Depósito Legal:

ISBN: 978-989-98548-4-0





DAVID MACHADO

TERCIÁRIO SOCIAL
UMA OUTRA DIMENSÃO
DO DESENVOLVIMENTO LOCAL
EM ESPAÇO RURAL?

ANIMAR | ISA | INIAV | ROTA DO GUADIANA
LISBOA, 2013









TERCIÁRIO SOCIAL UMA OUTRA DIMENSÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM ESPAÇO RURAL?

David Machado

O presente trabalho insere-se no projeto “Dinâmicas e políticas para o desenvolvimento rural”, candidatado ao Programa da Rede Rural Nacional e visa, no essencial, analisar o papel desempenhado pelas entidades operadoras no subsetor terciário social, bem como perceber o impacto dos instrumentos de política para a promoção do desenvolvimento rural, na atividade destas entidades e conseqüentemente no espaço rural.

Neste quadro é tomado em consideração o Programa de Desenvolvimento Rural do Continente na componente Subprograma 3, “Diversificação de atividades em meio rural” (PRODER SP3), Medida 3.2, “Melhoria da Qualidade de Vida” e Ação 3.2.2, “Serviços Básicos para a População Rural”. Para os efeitos de análise pretendidos tomou-se em consideração os concursos abertos na Ação 3.2.2 desde 2009 até final de 2012, não se considerando o concurso de 2013 já que o mesmo não se encontra encerrado.

Como objetivos específicos colocaram-se (i) Analisar a adesão dos GAL e de outros agentes territoriais à consolidação da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais; (ii) Avaliar o contributo do PRODER SP3



para a estruturação da Rede Nacional de Equipamentos e Serviços Sociais; (iii) Analisar aspetos de articulação entre diferentes instrumentos de política na estruturação da rede supracitada; (iv) Identificar casos de bloqueios e necessidades de melhoria; (v) Fornecer pistas para a consideração do terciário social no período 2014-2020.

Como metodologia optou-se por analisar a aplicação da Ação 3.2.2 em três Grupos de Acção Local (GAL) e em cada um deles, avaliar o impacto do apoio financeiro do instrumento de política junto de cinco a sete entidades beneficiárias por GAL, às quais se aplicou um inquérito por questionário.

O caderno encontra-se dividido em quatro partes. Na primeira faz referência ao papel da economia social no contexto económico nacional e procura clarificar o conceito de terciário social. A segunda parte é dedicada aos aspetos metodológicos do trabalho. As diferentes dimensões da realidade de atuação das entidades do terciário social presentes em meio rural ocupam a terceira parte do trabalho. Na última parte, apresentam-se as conclusões e recomendações para uma maior coordenação e eficácia das políticas públicas.

I - Economia social, terceiro sector e terciário social

Américo Mendes descreve o setor da **Economia Social** (ES) como o constituído por organizações com as seguintes características:

Organizações com normas de funcionamento (formais e informais), cuja adesão é voluntária, que emanam da livre iniciativa da sociedade civil, que têm como missão contribuir para relações mais solidárias dos seres humanos entre si e com o meio ambiente onde vivem. Ao cumprirem esta missão, a sua atividade consiste na produção de bens públicos promotores de maior coesão social e territorial, de incremento da participação cívica, da indução da melhoria da qualidade do ambiente, da proteção do património, etc.. Em regra, estas organizações realizam esta produção construindo um património que é gerido em regime de propriedade comum e podem ser instituições sem fins lucrativos ou não.

Numa primeira abordagem às contas da Economia Social, em 2006, o INE, estimou que a economia social, só na parte que respeita às entidades sem fins lucrativos representava: 2,2% do VAB, 3,4% das remunerações e 4,3% do emprego remunerado (185 000 pessoas). Nesse ano, por comparação, outros valores de contribuição para o VAB eram: Agroindústria com 2,1%; Agricultura 2,00%; Telecomunicações 2,3%.

O estudo “Non Profit Sector in Comparative Context” (Abril 2012) compara a situação da ES em 15 países (Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Estados Unidos, França, Israel, Japão, México, Noruega, Nova Zelândia, Quirguistão, República Checa e Tailândia). Tendo também como referência o ano de 2006, e realizado com o apoio do INE, em Portugal, sublinha o importante papel das organizações sem fins lucrativos na produção de bens públicos e na expressão dos sentimentos públicos. *Essas organizações dão contributos especiais para a resolução de problemas públicos e para o enriquecimento da vida nacional.* Este estudo define ainda, setor não lucrativo

como aquele que não distribui dividendos e está separado do governo, é autogerido e a participação não é compulsiva. Em Portugal foram consideradas: Associações, Fundações, Entidades Públicas, Pessoas Coletivas Internacionais e Entidades Religiosas.

Em 2006, em Portugal, tais entidades produziram bens no montante de 5,7 biliões de euros, e contribuíram com 2,7 biliões de euros para o VAB. O estudo apresenta ainda duas notas: a) a diferença nas remunerações do trabalho, praticando-se salários mais baixos (14 709,00 euros) do que a média nacional (18 679,00 euros) e; b) a existência de diferenças no valor acrescentado da repartição do trabalho, provocada pela não distribuição de lucros.

O setor analisado é maioritariamente composto por serviços básicos (72%, educação, saúde, etc.) e menor nos designados por “serviços de expressão” (políticos, ambientais, culturais e desportivos), apenas com 19%. No âmbito do VAB existe um predomínio dos serviços sociais.

Ainda de acordo com o estudo mencionado, *trata-se de um setor mais importante que o estimado, com importância no emprego e com um leque de recursos interessante que não depende das doações como fonte principal. É um setor que cresceu muito após a ditadura mas que poderá ainda crescer.*

Em Abril de 2013, resultado de um protocolo de cooperação entre o INE, IP, e a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, CIPRL (CASES), é publicada pelo INE, a Conta Satélite da Economia Social (CSES) cuja base de análise é o ano de 2010.

O Artº 82º da constituição da República Portuguesa define a existência de três setores, privado, público e o cooperativo e social, que também pode ser designado por **terceiro setor**. *A CSES equipara a Economia Social a este setor e adota a definição operacional proposta no relatório The Social Economy in the European Union:*

- ES é um conjunto de empresas privadas, organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, criadas para satisfazer as necessidades dos seus membros através do mercado,

produzindo bens e serviços, assegurando o financiamento, onde o processo de tomada de decisão e distribuição de benefícios ou excedentes pelos membros não estão diretamente ligados ao capital ou quotização de cada um, correspondendo a cada membro um voto;

- A ES agrupa também as entidades privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, que produzem serviços não mercantis para as famílias e cujos excedentes, quando existem, não podem ser apropriados pelos agentes económicos que os criam, controlam ou financiam.

Quanto aos grupos de entidades que analisa a CSES considera o Art.4º do Decreto nº130/XII da Lei de Bases da Economia Social, que integra as seguintes entidades:

- Cooperativas;
- Associações Mutualistas;
- Misericórdias;
- Fundações;
- Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)
- Associações Culturais, Desportivas e de Desenvolvimento Local
- As entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integradas nos termos da constituição no setor Cooperativo e Social;
- Outras entidades, com personalidade jurídica, que respeitem os princípios da ES.

De forma resumida, a CSES evidencia o peso da ES na economia nacional da seguinte forma:

- Em 2010, a ES representou 2,8% da produção nacional e do VAB nacional e 5,5% do emprego total remunerado (equivalente a tempo completo). As OES foram responsáveis pelo pagamento de 4,6% do total de remunerações pagas na economia, 2,4% da despesa de consumo final e 3,2% da FBC.

- Em 2010, o VAB da ES (2,8%) registou um valor superior a atividades como a eletricidade, gás, vapor e ar frio (2,7%); agricultura, silvicultura e pesca (2,3%) e ainda, agroindústria (2,1%) e telecomunicações (2,0%).
- O emprego na ES, ao atingir 5,5% do emprego total remunerado, revelou uma capacidade empregadora superior a ramos de atividade caracterizados pela utilização intensiva de trabalho como por ex. a saúde humana (4,8%). Contudo, a remuneração média da ES é cerca de 83,1% da remuneração média da economia nacional;
- A ação social gerou 41,3% do VAB das OES, sendo responsável por 48,6% do emprego remunerado;
- Confrontando VAB e remunerações é possível observar que na ES, uma parte significativa do VAB se destina a remunerações (92,8%) comparativamente com o que sucede na economia em geral (57,3%), aproximando-se contudo das instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias;
- No que concerne aos recursos, a ação social foi responsável por 32,7% da produção da ES, seguindo-se as atividades de transformação (13,6%), o ensino e a investigação (10,3%) e os cultos e congregações (10,2%);
- Analisadas as despesas, as atividades que mais contribuíram para o consumo intermédio, foram a ação social (24,9%) e as atividades de transformação (21,5%). As transferências sociais (consideradas transferências em espécie) das OES para as famílias foram suportadas maioritariamente pela ação social (55,2%) e pelos cultos e congregações (20,0%). A ação social (40,6%), o ensino e a investigação (15,3%) e os cultos e congregações (13,6%) concentraram 69,5% das remunerações pagas pelo setor, facto que não surpreende, uma vez que assentam em relações de proximidade com as populações, exigindo um forte envolvimento de recursos humanos;

Como se observou a ação social possui um peso significativo no conjunto da ES e encontra maior expressão nos seguintes grupos de entidades:

Associações e outras OES

Das cerca de 55 000 unidades analisadas na CSES, este grupo era o maior, representando 94% (52 086) do total de unidades, sendo responsável 64,9% do emprego e 67,2% das remunerações.

O grupo abrangeu todas as entidades não consideradas nos restantes (ex. assoc. juvenis, estudantis, pais, defesa do consumidor, ambiente, casas do povo, bombeiros voluntários, etc.).

No que diz respeito à repartição do VAB da ES por grupos de entidades, as Associações e outras OES contribuíram com 54,1%, as Cooperativas com 16,6%, as Misericórdias com 10,8%, as Fundações com 5,4% e as Mutualidades com 4,5%.

Ainda no que respeita ao VAB gerado por este grupo a ação social é responsável por 29,9% do VAB, a cultura e o desporto por 14,1% e os cultos e outras congregações por 13,9%.

A ação social assegurou 42,8% dos recursos das Associações e outras OES. Os cultos e congregações representaram 18,9% e o ensino e investigação 12,9% da totalidade dos recursos.

Relativamente às despesas deste grupo a ação social foi a atividade com maior peso relativo (41,8% do total).

Misericórdias

Em 2010 as Misericórdias tinham 381 unidades sendo que a ação social era a atividade com maior peso (94,2%).

As Associações e outras OES e as Misericórdias foram os únicos grupos a apresentar necessidades líquidas de financiamento (767,9 e 45,8 milhões de euros respetivamente), tendo os restantes grupos apresentado capacidade líquida de financiamento.

Instituições Particulares de Solidariedade Social

Uma IPSS ou equiparada é um estatuto, não correspondendo a uma forma jurídica de constituição de uma pessoa coletiva.

Em 2010 existiam 5000 IPSS sendo a forma jurídica da maioria, a de Associação sem fins lucrativos (84,3%), seguida das Misericórdias (6,8%), Fundações (4,2%), Mutualidades (2,4%) e e as Cooperativas (2,3%).

As IPSS desenvolveram a sua atividade essencialmente na ação social (64,4% do total).

Estima-se que as IPSS tenham apresentado uma necessidade líquida de financiamento de 232,9 milhões de euros. Os recursos estimaram-se em cerca de 5 114,4 milhões de euros, provenientes fundamentalmente da produção (64,1%) e transferências e subsídios (27,0%). As despesas totalizaram 5 344,4% sendo as principais despesas as remunerações (31,5%), as transferências sociais (27,5%) e o consumo intermédio (21,3%). Em 2010 apresentaram uma poupança corrente positiva de 328,4 milhões de euros.

A ação social assegurou 61,9% dos recursos das IPSS.

Quanto ao peso das IPSS na ES, representaram 36,8% da produção, 50,1% do VAB, 63,4% do emprego, 42,6% das remunerações, 40,9% da despesa de consumo final, 53,2% da FBC e 38,2% da necessidade líquida de financiamento da economia social.

Constatado o peso da Economia Social na economia nacional e o peso da ação social na ES, impõe-se perceber o peso da ação social nas economias locais dos espaços rurais, na utilização de fundos públicos, na melhoria da qualidade de vida das populações e na governança local. Ou sejam, o peso e o papel do **terciário social**, nesses espaços.

No que concerne ao tipo de serviços e respostas sociais consideradas no presente trabalho, estas derivaram das definidas na Portaria nº 521/2009 de 14 de Maio que regulamenta as acções 3.2.1, “Conservação e valorização do património rural” e 3.2.2, “Serviços básicos para a população rural” do PRODER SP3, a saber:

- a) Serviços de apoio à infância;
- b) Acompanhamento domiciliário de idosos e pessoas com deficiência;
- c) Serviços itinerantes de apoio social;
- d) Serviços de animação cultural e recreativa de base local;
- e) Serviços de apoio a novos residentes;
- f) Outros serviços básicos.

No caso do apoio a crianças e jovens, pessoas idosas e pessoas com deficiência, os investimentos deveriam ainda corresponder às respostas sociais previstas no nº1 do art.º 4º do Dec.Lei nº64/2007 de 14 de Março. Neste contexto a tipologia de respostas sociais é:

- Crianças e Jovens: Creche, Pré-escolar, Centro ATL, Lar de infância e juventude, Apartamento de autonomização;
- Pessoas idosas: Centro de convívio, C.de dia, C. de noite, Lar de idosos, Residência, SAD, Unidade de cuidados continuados;
- Pessoas com deficiência: Centro de atividades ocupacionais, Lar residencial, Residência autónoma, Centro de atendimento, acompanhamento e animação.

A Portaria nº 521/2009 de 14 de Maio prevê ainda como entidades elegíveis para o caso da Ação 3.2.2:

- a) Parcerias reduzidas a escrito através da celebração de contratos de parceria entre entidades privadas, sem fins lucrativos, ou entre entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, não podendo, neste caso a componente pública ser maioritária;
- b) Instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou instituições legalmente equiparadas;
- c) Organizações não governamentais (ONG)

II – A seleção dos “locais”

Na *seleção dos locais* foram levadas em consideração: 1) A percentagem de financiamento prevista nas Estratégias Locais de Desenvolvimento – ELD, apresentadas pelos GAL no âmbito do Subprograma 3 do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, adiante designado por PRODER SP3 e; 2) O mapa do rural criado no âmbito do Projeto AGRO 62 e do Presente projeto Dinâmicas e Políticas para o Desenvolvimento Rural.

No primeiro caso, o das ELD, considerou-se a importância dada pelos GAL no momento da elaboração da estratégia e respetiva programação financeira. A Portaria 392^a/2008 de 4 de Junho regulamentou a aplicação das Medidas n.ºs 3.3, “Implementação de Estratégias Locais de Desenvolvimento” e 3.5, “Funcionamento dos Grupos de Acção Local, Aquisição de Competências e Animação”. Tal regulamento estipulava que o montante a atribuir à Medida 3.2 - Melhoria da Qualidade de Vida poderia variar entre um mínimo de 20% e 40% do montante total da ELD. Assim, a importância dada pelos atores locais a cada uma das diferentes atividades apoiáveis no âmbito das ELD, poderia variar de acordo com a afetação financeira a cada uma das submedidas.



Neste contexto, foram identificados três níveis, correspondentes à percentagem de financiamento previsto para a ação 3.2.2:

- i) As ELD com percentagem de financiamento entre 0 e 10%;
- ii) As ELD com financiamento entre 10 e 20% e,
- iii) As ELD com financiamento acima dos 20%.

No segundo caso, o da tipologia do rural português, importava considerar casos de ELD que abrangessem o rural de baixa densidade e o rural em transição (agrícola ou para a indústria e serviços).

Desta forma, foram sinalizados os seguintes GAL:

- GAL Margem Esquerda de Guadiana – com afetação de cerca de

- 
- 
- 10% do montante total de investimento à ação 3.2.2, situado na Baixa Densidade Sul e abrangendo os concelhos de Barrancos, Mértola, Moura, Mourão e Serpa;
- GAL Terras Dentro – com afetação de cerca de 12% do montante total de investimento, também situado na Baixa Densidade Sul com intervenção nos concelhos de Alcaçer do Sal, Almodôvar, Cuba, Montemor o Novo e Viana do Alentejo;
 - GAL Adices – com afetação de cerca de 21% do montante total de investimento e que possui dois concelhos na zona de transição agrícola e outros dois na zona de transição para indústria e serviços.

Em suma, a seleção dos destinatários permitiu isolar três GAL com percentagens diferenciadas de investimento total afeto à ação 3.2.2 e abrangentes de vários tipos de rural onde se previu a aplicação de 5 a 7 inquéritos por entidade.

Os inquéritos foram dirigidos a entidades beneficiárias do PRODOR SP3 preferencialmente nas áreas das respostas sociais para crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência estabelecidas no Dec.Lei nº 64/2007 de 14 de Março e serviços itinerantes de apoio social, de animação social e recreativa de base local, de apoio a novos residentes e outros serviços básicos.

No total, foram 17 as entidades inquiridas. De referir que o conjunto dessas entidades é responsável por 520 postos de trabalho possui capacidade para 1688 utentes, dos quais estão contratualizados com a Seg. Social 861 (51%) e prestam serviços a 1 770 pessoas.

No concreto, as entidades beneficiárias, alvo de inquérito foram:

GAL ADICES

- Centro de bem estar social prof. Oliveira e Costa (Pinheiro de Azere, Sta. Comba Dão);
- Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha (V.N. da Rainha, Tondela);

- Centro social prof.^a Elisa Barros Silva (Cabeças de Viriato, Carregal do Sal);
- Centro de animação local de Nandufe (Nandufe, Tondela);
- Centro Balmar (Marmeleira, Mortágua);

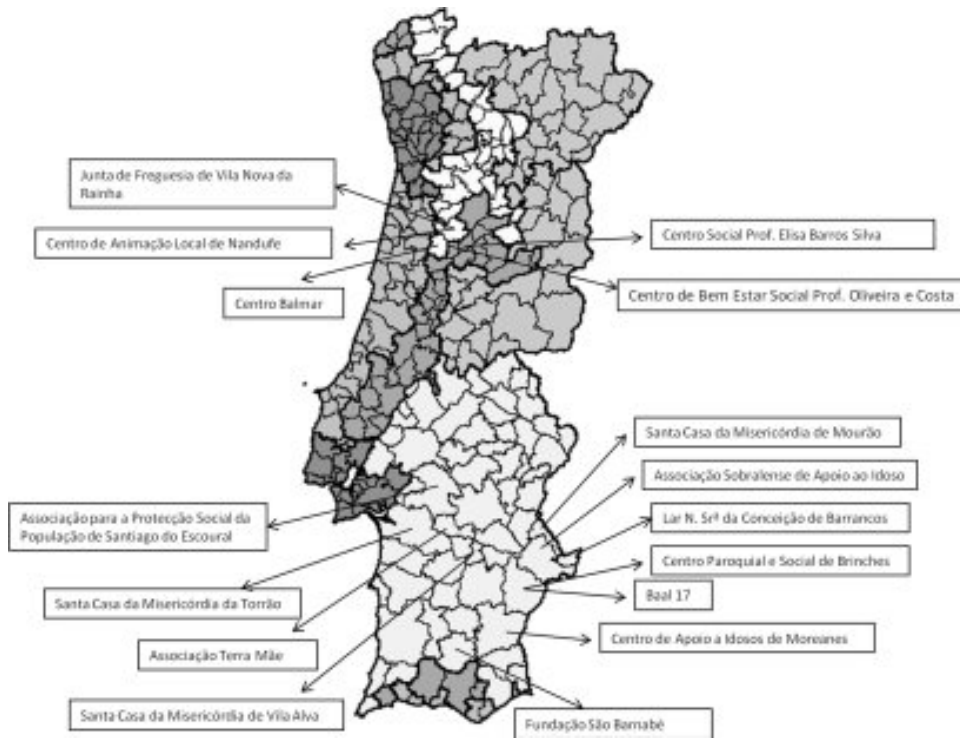
GAL MEG

- Lar N^a Sr^a da Conceição de Barrancos (freguesia de Barrancos, concelho de Barrancos);
- Centro Social e Paroquial de Brinches (freg. Brinches, conc. Serpa);
- Centro de apoio a idosos de Moreanes (Santana de Cambas, Mértola);
- Associação Sobralense de apoio ao idoso (Sobral da Adiça, Moura);
- Fundação São Barnabé (S.Barnabé, Almodôvar);
- Sta. Casa da Misericórdia de Mourão (Mourão, Mourão);
- Baal 17 (Sta. Maria, Serpa).

GAL Terras Dentro

- Sta. Casa da Misericórdia do Torrão (Torrão, Alcaçer do Sal);
- Sta. Casa da Misericórdia de Vila Alva (Vila Alva, Cuba);
- Associação para a proteção social da população de Santiago do Escoural (Santiago do Escoural, Montemor o Novo);
- Associação Terra Mãe (Alcáçovas, Viana do Alentejo);
- Sta. Casa da Misericórdia de Alcáçovas (Alcáçovas, Viana do Alentejo).

SINALIZAÇÃO DE CONCELHOS ABRANGIDOS



III – Realidades do terciário social em meio rural

Apoios no âmbito do Desenvolvimento Rural/Terciário Social (DR/TS) como mobilizadores do capital social local



Como “mobilização do capital social” entendemos aqui o conjunto de processos de construção coletiva e de base comunitária, que implica a elevação dos níveis de formação dos seus intervenientes, quer enquanto pessoas individuais, quer enquanto grupos sociais que se organizam em torno da satisfação de necessidades sentidas, que estruturam relações no seu seio e que estabelecem novas relações com o meio institucional envolvente. Nesta óptica, uma primeira ideia a reter deriva do facto de todos os casos terem sido, em regra, indutores da participação das comunidades locais quer na fase criação da entidade ou do equipamento, quer na sua gestão, quer no apoio permanente que a comunidade dá ao projeto.

Estas novas relações ao suscitarem novos comportamentos e responsabilizações implicam novos sistemas de governança envolventes de uma diversidade significativa de agentes locais como sejam autarquias (câmaras municipais e juntas de freguesia), entidades da administração central como a seg.social ou a saúde, ADL, outras IPSS, associações humanitárias de bombeiros e outras associações culturais e recreativas de base local.

Como veremos, é neste contexto relacional, cada vez mais densificado, que podemos afirmar que “os apoios no âmbito do DR/TS se assumem como elementos estruturantes da governança local”.

Ao serem dirigidos para um território e implicarem uma decisão local de atribuição de financiamento, encontram-se globalmente sujeitos ao escrutínio local e contribuem para a análise coletiva na definição e priorização das intervenções.

Os processos de decisão que conduzem à criação de equipamentos e serviços, ocorrem, como já foi afirmado, no contexto das comunidades





locais mas também, no seio de outras estruturas de parceria para o planejamento no âmbito do desenvolvimento social como sejam as Redes Sociais ou de planejamento para o desenvolvimento local, em sentido mais amplo, de que são exemplo os GAL.

No caso das Redes Sociais, as entidades parceiras concelhias e o respetivo núcleo executivo formulam pareceres sobre as diferentes candidaturas, naturalmente enquadrados naquilo que é o figurino de necessidades e de respostas existentes. Tais pareceres e a reflexão participada que os origina, permitem em muitos casos, uma melhor coordenação concelhia das respostas, aumentando a sua eficácia e são geradoras de eficiência na atribuição de fundos públicos.

Nalguns GAL, apesar da regulamentação do PRODOR SP3 não o exigir; uma vez que apenas considera como critério de acesso da operação o parecer da Seg. Social; no processo de análise e seleção das operações é tido em consideração o parecer da Rede Social concelhia. Da presente constatação poderá resultar uma recomendação no sentido de futuramente existir uma maior proximidade às Redes Sociais alicerçada na análise prévia dentro destas estruturas concelhias, da qualidade e eficácia das operações que são candidatas no âmbito dos instrumentos do desenvolvimento rural. Tal recomendação encontraria também fundamento numa das recomendações do relatório de avaliação do Programa Rede Social que derivam da constatação da existência da necessidade de incrementar a articulação deste Programa com outros instrumentos de âmbito territorial.

A relação com a Rede Social concelhia, pelo impacto que possui na progressiva construção da teia de relacionamento e concertação local conducente ao surgimento de novas soluções, constituía outro dos aspetos a observar. Para uma larga maioria das entidades inquiridas (82%, 14 casos), a participação nas Redes Sociais é vista como muito importante. Esse significado é explicado por essas entidades: a) pelo diagnóstico participado que implica, b) pelo surgimento de novos processos de cooperação, c) pela homogeneização de processos com ganhos e eficiência e eficácia.



cia e d) pela partilha de informação e recursos. Neste âmbito parece contudo notar-se alguma diferenciação nas dinâmicas próprias das Redes Sociais, consoante se tratem de Redes com maior ou menor incidência de orientações e práticas de animação da parceria local, de corresponsabilização da totalidade dos seus membros, de diagnóstico participado e de focalização das atividades nas respostas às necessidades e problemas existentes.



O papel das ADL no suporte ao terciário social

Neste quadro de atuação para a resolução de necessidades e problemas sociais, onde surgem como atores principais as ADL e as entidades prestadoras de serviços sociais importava analisar o tipo de relacionamento mantido entre si e se a sua ocorrência derivava apenas da existência de apoios financeiros no âmbito do Des. Rural.

Efetivamente, na maioria dos casos a relação com ADL é justificada pela existência de uma oportunidade de financiamento ao investimento em infraestruturas e equipamentos.

Esta afirmação, que por um lado espelha a existência de uma oportunidade de financiamento localmente construída no seio das ELD e portanto, atenta às necessidades do território, marca por outro lado o início de uma relação de proximidade entre os atores com impacto na melhoria das suas competências e serviços que prestam às populações.

A evolução da proximidade entre atores com diferentes competências e intervenções à escala local e a sua corresponsabilização em projetos e processos e desenvolvimento local, sendo cada vez mais uma prática, possui todavia margem de crescimento e constitui uma necessidade dos territórios rurais em situação de desfavorecimento na medida em que estes permanecem confrontados com o despovoamento e envelhecimento da população aos quais, acresce a redução de outros serviços e equipamentos (saúde, educação, administração local, transportes, etc.).



A consideração de que o estabelecimento de parcerias já ocorre e pode ser incrementado é evidenciada pela percepção que as IPSS têm acerca do apoio que pode ser fornecido pelas ADL. A montagem de ações de formação e ou reciclagem de ativos e iniciativas de animação para os utentes são os “serviços” maioritariamente mencionados. Cerca de um terço das IPSS foram alvo da prestação daqueles dois tipos de serviço aos quais se junta um terceiro, o do apoio técnico na preparação de candidaturas a outros instrumentos de financiamento para além do PRODOR. Apesar de apenas constituírem um terço das organizações inquiridas, estes são contudo, bons exemplos do incremento de relações de proximidade entre as organizações que conduziram à construção de soluções para a superação de necessidades locais sem recurso a competências exógenas e, por isso, mobilizadoras dos recursos e competências locais.

De referir que aquilo que se designa por “serviço de animação”, corresponde a uma gama larga de iniciativas composta por serviços de fisioterapia, ginástica de manutenção, convívio e encontros de IPSS, passeios, sessões de leitura e outras atividades, realizados no seio das IPSS e que por vezes, são prestados por ADL.

Estes “serviços” não ocorrem através de um pagamento de uma IPSS a uma ADL, tratando-se de iniciativas suportadas financeiramente por outros Programas de onde se destaca o POPH ou, com base em redes de voluntariado localmente organizadas.

Já ao nível da qualificação de recursos humanos, surgem exemplos quer através de ações de formação profissional na área da geriatria, até com recurso e em parceria com estruturas do serviço nacional de saúde, quer através do incremento das habilitações escolares, através dos centros novas oportunidades instalados em ADL.

No presente momento, num quadro de progressiva inovação e de incremento de parcerias orientadas para a resolução de questões específicas, existem novas e partilhadas respostas a diferentes níveis como sejam,

a criação de lojas sociais ou bancos de ajudas técnicas, redes de voluntariado, grupos de autoajuda, etc.

Em suma, tratam-se de iniciativas de desenvolvimento sócio-local, mobilizadoras das populações em torno da construção de respostas para as necessidades e problemas do seu território e que demonstram a evolução possível e desejável da ação coletiva concertada ao nível territorial.

Nesta óptica, alguns caminhos, para a criação de um ambiente envolvente favorável a geração de novas parcerias, facilitador do surgimento e iniciativas inovadoras e contribuinte de uma maior eficácia na aplicação de financiamento público, podem ser interessantes de trilhar:

- Um primeiro que diz respeito à densificação do relacionamento entre os atores locais e que poderá passar pela melhoria da articulação entre os GAL e as Redes Sociais concelhias, em particular através da representação nestas estruturas das ADL e uma maior representatividade do terciário social no seio dos GAL;
- Um segundo caminho pode ser o incremento da territorialização dos instrumentos dirigidos quer à ação social, quer à qualificação de recursos humanos, o que não sendo inovador na medida em que já aconteceu com alguns instrumentos, foi contudo marcado por avanços (exemplos de projetos territoriais piloto na área do desenvolvimento sócio local) e retrocessos como seja o penoso processo de encerramento dos Centros Novas Oportunidades. Como facilmente se infere, estas intermitências, no sentido e na manutenção da aplicação das políticas públicas, não criam ambientes estáveis, propícios ao incremento do relacionamento entre atores do espaço rural, contribuindo antes para a sua desestruturação. Esta perspetiva de territorialização dos instrumentos dirigidos à ação social e à qualificação de recursos humanos é aliás defendida no âmbito da regulamentação para a aplicação dos fundos estruturais da EU para o período 2014-2020 e amplamente recomendável no quadro de uma estratégia plurifundos;



- Um outro caminho relacionado com o percurso de aprovação de uma candidatura aos apoios no âmbito do DR, de cariz eminentemente regulamentar, pode ser a valorização do critério de elegibilidade das operações no que concerne aos pareceres exigidos, considerando a necessidade do parecer das Redes Sociais situação que vincula a aprovação de um projeto a uma primeira análise coletiva nas Redes Concelhias. Este último caminho pode ser percorrido apenas no caso das Redes Sociais Concelhias se afirmarem como plataformas de concertação e corresponsabilização de todos os atores, pelo menos ao nível social e que, por outras, palavras não evidenciem hegemonia de um ou de outro ator em particular.

Importa no entanto relevar que, como já foi dito, nalguns dos territórios estudados, estas situações já acontecem e regra geral contribuem decisivamente para uma melhor coordenação local e eficácia nas respostas sociais.

Como já foi afirmado, no quadro do período de programação 2014-2020 e no âmbito do possível desenho das futuras ELD os caminhos apontados podem ser facilitadores de uma melhor preparação local para uma estratégia agregadora de vários instrumentos de financiamento e, conseqüentemente, com diferentes focos de intervenção, que se desejam integrados e que possuam impactos nas diferentes dimensões dos territórios. Esta perspetiva, além de aconselhar a uma maior pluridisciplinaridade no seio das ADL, pode também dar origem a novas composições dos GAL por via da entrada de novos parceiros locais.

Contributo dos apoios no âmbito do DR/TS para a estruturação da rede de equipamentos e serviços sociais

Em face da inexistência de informação global e rigorosa do investimento através de outros Programas, não se procurou definir o peso dos



apoios do PRODER no quadro mais lato da totalidade dos instrumentos para o financiamento da rede de equipamentos e serviços. Optou-se antes pela análise do contributo do PRODER para a estruturação daquela rede.

Em 2009, no momento de preparação das ELD, o montante programado na totalidade dessas Estratégias Locais era considerado significativo, ascendendo a 79 218 207,60 euros. Mais tarde, em Julho de 2013, decorridos todos os concursos anuais, com exceção do último, a Autoridade de Gestão do Proder (AG PRODER) transmite aos GAL que o montante total afeto à ação 3.2.2 é de 89 310 287,00 euros correspondente à aprovação de 623 projetos e a uma despesa pública de 50 845 812,00 euros.



Tal facto corresponde só por si, a um aumento de cerca de 13% face ao inicialmente programado. Apesar disso, também nessa data, a AG informa ainda que existem em análise 137 projetos cujo montante total de investimento é de 21 516 168,00 euros para os quais se estima uma despesa pública de .9 755 347,00 euros.

Esta informação da AG posteriormente aferida pela Federação Minha Terra junto dos GAL, permite ainda identificar o perfil dos principais projetos de investimento.

Para facilidade de compreensão adoptou-se a seguinte tipologia de investimento, tendo sido tomado apenas em consideração o conjunto dos projetos aprovados (623).



Quadro 1 – Tipologia de projetos aprovados na Ação 3.2.2

Tipologia de projetos	Numero	%
1. Lar de idosos - Construção/remodelação	23	3,7
2. Lar de idosos - Construção e equipamento	83	13,3
3. Lar de idosos - Equipamento	61	9,8
4. Creche - Construção/remodelação	4	0,6
5. Creche - Construção e equipamento	18	2,9
6. Creche - Equipamento	10	1,6
7. Jardim de infância - Construção/remodelação	0	0
8. Jardim de infância - Construção e equipamento	8	1,2
9. Jardim de infância - Equipamento	9	1,4
10. Centro de Dia - Construção/remodelação	4	0,6
11. Centro de Dia - Construção e equipamento	25	4,0
12. Centro de Dia - Equipamento	16	2,6
13. Centro de Dia e SAD - Construção/remodelação	1	0,1
14. Centro de Dia e SAD - Construção e equipamento	55	8,8
15. Centro de Dia e SAD - Equipamento	23	3,7
16. SAD - Construção	0	0
17. SAD - Construção e equipamento	30	4,8
18. SAD – Equipamento	102	16,4
19. Centros de Acolhimento Temporário, Residências Autônomas, Lares para pessoas com deficiência, etc.	23	3,7
20. Centros de atividades ocupacionais, ATL, etc.	27	4,3
21. Viaturas	39	6,3
22. Outros projetos e respostas sociais (centros sociais, centros multiusos, teleassistência, energias alternativas, outros serviços básicos, etc.)	62	10
Total	623	100



Ao observarmos os dados pelo lado dos públicos destinatários, surge-nos o primeiro e expressivo grupo dos pedidos de apoio orientados para os serviços aos idosos. Se adicionarmos as tipologias 1, 2, 3, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 (correspondentes aos lares, centros de dia e serviço de apoio domiciliário) contabilizamos 423 projetos ou seja cerca de 68% da totalidade. Um segundo grupo são as crianças, onde se consideram as tipologias de projeto 4, 5, 6, 7, 8 e 9 (creches e jardins de infância) e onde se contam 49 iniciativas correspondentes a 7,9% do total. O terceiro grupo é o da tipologia 19 (jovens em risco, pessoas portadoras de deficiência, etc.) que com 23 projetos corresponde a apenas 3,7% do total. Naturalmente a evidência da hierarquização dos diferentes grupos deriva do peso demográfico dos públicos com necessidade de apoio social e, se considerarmos os 14 concelhos dos 17 casos estudados, poderemos encontrar uma correspondência quase linear, quer na população residente por escalões etários (quadro anexo 1), quer na capacidade das respostas sociais existentes (quadro anexo 2). Os grupos de jovens em risco, pessoas portadoras de deficiência, etc., tendem a possuir estruturas mais centralizadas e estas quando existem, estão normalmente instaladas em capitais de distrito. Esta afirmação não exclui no entanto, importantes iniciativas no espaço rural dirigidas a estes públicos, algumas com um elevado grau de inovação como sejam por ex. a interpretação da flora pelos cheiros (jardins dos cheiros) ou a terapia com recurso à equitação no caso de pessoas portadoras de deficiência.

Um segundo aspeto interessante nos dados apresentados é o peso dos projetos que contêm construção/remodelação e equipamento face aqueles que contêm apenas equipamento. Apesar de alguns projetos serem de remodelação de instalações (adaptação a nova regulamentação, melhoria das acessibilidades, etc.) existe um nº significativo de iniciativas de criação de uma nova resposta social que inclui construção de raiz e respetivo equipamento. As tipologias 1, 2, 4, 5, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 16, e 17 correspondentes à construção/remodelação e equipamento totalizam 251 pedi-



dos de apoio, 40,3% do total. Já as tipologias que apenas consideram equipamento e que pressupõe a pré-existência de estruturas físicas (3, 6, 9, 12, 15 e 18) totaliza 221 projetos, 35,5% do total. Os valores são assim próximos, ou seja, apesar de estarmos perante um quadro onde ainda é expressiva a construção e remodelação de estruturas físicas, existe um não menos expressivo número de iniciativas que se destinam apenas ao equipamento.

Dentro dos pedidos de apoio apenas para equipamento, é também interessante observar os fins a que se destinam, pois cerca de 20% (125 projetos nas tipologias 15 e 18) visam o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) o que traduz a progressiva generalização deste serviço em meio rural.

Ainda da análise dos resultados apresentados no quadro 1 ressalta a fraca expressão dos serviços de animação cultural e recreativa de base local. Tratam-se de serviços protagonizados por grupos de teatro, musicais e associações com fins diferenciados que, fazendo parte do capital social local poderiam ter um outro tipo de expressão no conjunto de pedidos de apoio apresentados no âmbito do PRODOR, uma vez que são protagonistas de iniciativas de educação não formal (música, desporto, cidadania, educação pela arte) ou são responsáveis por uma “nova percepção do rural” pela atratividade que proporcionam (por ex. casos dos desportos de aventura associados à natureza).

Um último objetivo da análise dos apoios no âmbito do Desenvolvimento Rural para o Terciário Social era a identificação da existência de complementaridades com outros instrumentos. Dada a impossibilidade de apresentar dados globais tomou-se apenas como referência os 17 casos estudados. Estes casos, que além do apoio do PRODOR SP3 possuem acordos com a Seg. Social para o seu funcionamento demonstram alguma complementaridade na diversidade dos recursos obtidos. Assim, cerca de 58% (10 casos) utiliza ou utilizou outras fontes de financiamento para o exercício da sua atividade ou para a realização do seu programa de

investimentos. As outras fontes de financiamento com maior relevo são, as Autarquias, o Programa de Apoio à Rede de Equipamentos Sociais (PARES), o Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), os Programas Operacionais Regionais, Medida de Apoio à Segurança dos Equipamentos Sociais (MASES) e o fundo privado EDP Solidária.

***Apoios no âmbito do DR/TS na criação de emprego
com alguma sustentabilidade e possibilidade de qualificação***

No conjunto dos quatorze municípios onde as entidades estudadas possuíam a sua sede, sem procurar estabelecer uma relação direta, entre a variação do emprego e o número de postos e trabalho existentes/criados no âmbito do terciário social, já que esta desagregação ainda não se encontra disponível através do Censos de 2011, é contudo possível constatar algumas situações. Na última década a quase totalidade dos concelhos perdeu população empregada. Apenas três municípios viram crescer os quantitativos de população empregada, ainda que com expressão muito reduzida (Viana do Alentejo com mais 62 postos de trabalho, Barrancos com 10, e Cuba com 56). As grandes perdas dão-se, no essencial, no setor primário em que todos os concelhos perdem população empregada. Já no secundário, registam-se igualmente perdas significativas existindo apesar disso, um concelho que apresenta alguma criação líquida de postos de trabalho (Barrancos 14 postos de trabalho). Finalmente, no terciário, apenas três concelhos apresentam descida estando um deles em situação de estabilização (Barrancos desce 2 postos de trabalho). Ou seja, em quatorze concelhos, cuja expressiva maioria perdeu quantitativos de população empregada, podemos observar um crescimento da população empregada no setor terciário.

Todos os municípios atingiram na última década percentagens de população empregada no setor terciário superiores a 50% existindo mesmo casos com 71% da população empregada neste setor. Esta é uma

tendência com cerca de cinco décadas seguidas mas onde, nas últimas duas décadas, ainda que não explicitada de uma forma rigorosa, se fez sentir o aumento do peso do terciário social.



Nas 17 entidades estudadas contam-se 520 postos de trabalho e destes, a expressiva quantidade de 480 (92%) é ocupada por mulheres. Este é um facto que também denota a importância do terciário social em meio rural, onde dentro da escassez de oferta do mercado de trabalho o grupo feminino se encontra mais afetado.

Analisada a composição dos colaboradores das entidades face à habilitação escolar os dados, são também plenos de significado, pois no caso das mulheres, 90 (19%) não possui o 1º ciclo do ensino básico, 220 (46%) possui o ensino básico, 114 (24%) o ensino secundário e as 56 (11%) pessoas o ensino superior.

Nos homens, as qualificações mais baixas são também dominantes sendo que 13 (26%) não possuem o 1º ciclo do ensino básico, 15 (30%) possui o ensino básico, 6 (12%) possuem o ensino secundário e 6 (12%) possuem ensino superior.

Este domínio das qualificações mais baixas aconselha a uma intervenção séria em matéria de aumento das qualificações escolares e profissionais. A premência desta intervenção é justificada quer pelo tipo de serviço prestado, quer pelos destinatários principais que dele beneficiam. Estamos maioritariamente perante idosos e crianças, grupos em situação de maior vulnerabilidade, que requerem cuidados com elevada especificidade e para os quais a elevação de competências pessoais, escolares e profissionais por parte dos profissionais, é considerada essencial.

Esta preocupação com a qualificação de recursos humanos é também partilhada pela maioria das entidades que globalmente afirmam a sua necessidade e onde 11 dos casos (64%) já envolveu o pessoal ao serviço em ações de formação. Nesta óptica e no caso de assistirmos a um progressivo investimento na formação interna, poderemos induzir estarmos perante emprego qualificante, naturalmente face ao panorama





do emprego em meio rural, onde as hipóteses de qualificação fornecidas pelas entidades empregadoras são menores.

Por fim, quanto à sustentabilidade do emprego poderemos concluir pela sua existência já que decorre de “condições de mercado” favoráveis na atualidade. Estas ditas, “condições de mercado” derivam, por um lado da perspectiva da procura, principalmente no caso dos idosos uma vez que assistimos a um progressivo envelhecimento da população rural e, por outro lado, da existência de apoios públicos orientados não apenas para o investimento mas para o funcionamento, através das contratualizações por utente que estas entidades celebram com a Seg. Social ainda que, neste último caso, possamos assistir a alguma redução futura. De resto, é importante referir que o nº de utentes destas unidades é normalmente superior aqueles que estão contratualizados e esse excedente nem sempre é pago por esses mesmos utentes facto que denota a importância social destas organizações. Como já foi afirmado, as entidades estudadas prestam serviços, nas diferentes valências que possuem, a cerca 1 770 pessoas e possuem contratualizadas com a Seg.Social 861 pessoas (51%).

Apoios no âmbito do DR/TS na melhoria das respostas sociais e na inovação

No âmbito dos aspetos de inovação foi adoptada a tipologia de questões presente no estudo “Social Innovation: Determinants of the demand for high-quality institutional care by the elderly” tendo as entidades sido convidadas a posicionarem-se sobre as situações onde consideram ter existido inovação e também, sobre os planos (interno e externo) que estiveram na sua origem.

Sobre a primeira questão “onde ocorre a inovação” a maioria das entidades (76%) referiu que a mesma tem sido materializada na construção ou remodelação de infraestruturas e equipamentos. Com menor expressão, mas com peso significativo (64%) é referido o investimento na formação



de recursos humanos. Por último, é ainda referenciado nalgumas entidades a implementação de medidas de melhoria na relação com os utentes, algumas resultantes de inquéritos de satisfação ou criação de novas atividades que proporcionem maior conforto.



Sobre “os planos que estiveram na origem dos processos de inovação” destaca-se o plano interno e, dentro deste, assume maior peso o estímulo dado pelas direções das organizações por comparação com a proposta surgida no seio dos colaboradores ou através dos utentes. O plano externo, cria no entanto um contexto favorável à inovação já que enquadra oportunidades de financiamento ou define nova regulamentação (p.e. características dos equipamentos, processos de certificação) que obriga a mudanças diversas no seio das instituições.

O terciário social identifica manifestações de crise põe em marcha medidas mitigadoras

Como último tópico, foi analisado o impacto do atual contexto de crise. No âmbito do inquérito as entidades foram convidadas por um lado, a expressar-se sobre as manifestações da crise na sua atividade e, por outro, a transmitirem quais as medidas que tinham posto em prática para ultrapassar as diferentes contingências entretanto criadas.

Sobre as manifestações da crise, os atrasos de pagamento por parte dos utentes são a principal ocorrência e merecem uma menção generalizada. Acerca da variação do nº de utentes presentes nas instituições e sua relação com o momento atual o número de entidades que respondeu que os mesmos tinham aumentado é igual ao número de entidades que mencionou que uma das expressões da crise foi a sua descida. Existem mesmo casos de entidades que verificaram os dois movimentos, ambos relacionados com as dificuldades financeiras das famílias.

O número de entidades que mencionou ter procedido à redução de postos de trabalho foi contudo residual. Apesar do reduzido universo



de análise, este é todavia, um importante indicador da resiliência destas entidades e que demonstra alguma segurança no emprego criado.

Das medidas mitigadoras maioritariamente colocadas em prática pelas entidades surge em primeiro plano a redução de custos operacionais (80% dos casos afirmam tê-lo conseguido). A esta medida juntam-se, por ordem decrescente de implementação, o incremento da formação de recursos humanos, a diversificação de serviços (p.e. transporte de pessoas idosas) e a aposta na diversificação de fontes de financiamento.

IV – Conclusões

As ADL e os apoios ao terciário social no âmbito do Desenvolvimento Rural

O contributo das ADL e dos apoios no âmbito do Des. Rural para a estruturação da rede de equipamentos e serviços sociais, não tem sido evidenciado e é ainda hoje pouco visível, no entanto tem ocorrido nos últimos 20 anos, essencialmente a dois níveis:

Um primeiro e com maior visibilidade é o financiamento à estruturação da rede de equipamentos e serviços sociais. No presente trabalho não coube a análise às anteriores Iniciativas Comunitárias Leader, Leader II e Leader +, tendo apenas sido analisado o PRODER SP3, atualmente em curso. Apesar de neste programa não terem sido considerados os dados globais, uma vez que as aprovações de pedidos de apoio relativas ao último concurso (correspondente a 2013) ainda não ocorreram, é nitido o contributo deste subprograma à estruturação daquela rede. Assim, no âmbito da ação 3.2.2 “Serviços Básicos para a População Rural”, existem hoje 623 projetos apoiados correspondentes a um investimento total de 89 310 287,00 euros e a uma despesa pública de 50 845 812,00 euros. Quanto ao perfil de projetos apoiados, observa-se a priorização de alguns grupos como sejam as pessoas idosas (lares e serviços de assistência domiciliária) e crianças (creches). A maioria destes projetos centrou-se na construção e remodelação de instalações (40,3%) existindo no entanto um importante conjunto de projetos que visavam apenas o equipamento dos serviços (35,5%). Além dos equipamentos para pessoas idosas e crianças uma das mais recentes respostas sociais, o SAD (serviço de apoio domiciliário) parece estar a disseminar-se progressivamente no meio rural já que cerca de 125 projetos têm apenas como fim esta valência. Por oposição a este investimento na ação social, nota-se uma baixa presença de iniciativas



no âmbito da animação recreativa de base local, área que também é parte da Ação 3.2.2 e que poderia ter uma presença diferente pelo papel que desempenha em meio rural.

Um segundo nível de contribuição das ADL, este menos nítido mas presente numa parte importante das entidades analisadas são as outras atividades de suporte ao funcionamento das entidades da ação social que indiciam relacionamentos em função de diversos fins, os quais interessa aprofundar no quadro da valorização do capital social em meio rural. Constatou-se que este relacionamento é importante na construção de novas respostas sociais, por vezes até num quadro mais amplo de participação como sejam as Redes Sociais concelhias; na qualificação dos recursos humanos e na diversificação das fontes de financiamento para o terciário social. Este é um espaço de assistência técnica por parte das ADL que constitui uma resposta eminentemente local, portanto endógena e que proporciona no seio destas associações uma outra visão da dimensão social do território.

Como se observou, as ADL, pela sua natureza multidimensional e multissetorial, aportam novas competências ao território. É no patamar de novos relacionamentos entre estas e os restantes atores do terciário social que se poderá construir uma parte considerável das soluções para as necessidades existentes ou entretanto surgidas. Para tanto haverá que iniciar um caminho de reflexão e partilha focalizada nessas mesmas necessidades e nos recursos necessários à sua superação.

A estruturação da rede de equipamentos e serviços sociais e o terciário social em meio rural

A primeira carta social (julho 2000) refere que *em 25 de Abril de 1974 existiam 893 equipamentos. De 1981 a 1995 criaram-se entre 200 a 400 por ano. Em 1998 existiam 9 530 equipamentos (7 069 destinados a crianças e jovens e 2 461 a idosos). Entre 1985 e 1998 os apoios ao funcionamento cresceram 890%.*



De acordo com a Carta Social de 2012 o número de respostas sociais a nível nacional atingia as 9 817 repartidas por: Creche 2 573, Centro de atividades ocupacionais 351, Lar residencial 221, Centro de dia 2013, Estrutura residencial para idosos (lar de idosos e residência) 2093, Serviço de apoio domiciliário 2 566.

Face a este significativo crescimento da rede de equipamentos poderemos estar perante uma nova fase do terciário social, mais imaterial, com necessidades de animação e de qualificação. Salvaguardando carências objetivas ainda existentes na área dos equipamentos, existe a clara percepção de que se está a terminar a fase de construção de equipamentos e que existe necessidade de melhoria dos serviços prestados pelas entidades.

Quanto ao emprego, o peso do terciário globalmente considerado nos diferentes concelhos abrangidos é expressivo e cresceu na última década. Dando enfoque ao terciário social, se analisarmos as entidades inquiridas, poderemos observar o seu impacto em termos de emprego em meio rural. Apesar da atual situação, o emprego criado manteve-se e existe fruto de condições que poderemos considerar de mercado por via da procura dos serviços prestados por estas entidades. Trata-se também de um emprego maioritariamente feminino, aspeto importante num meio onde o mercado de trabalho é mais escasso para as mulheres. Contudo, dominam as baixas qualificações escolares e profissionais dos recursos humanos afetos a estes serviços. As necessidades de qualificação deverão priorizar o aumento dos níveis escolares e profissionais a par da contratação de novas competências. As novas competências a instalar, para além de reforçarem a possibilidade de surgimento de novas respostas sociais, permitirão alargar o espetro de serviços dentro das unidades existentes, em particular serviços de animação, prevenção da saúde e reabilitação (ocupação de tempos livres, ginástica, fisioterapia etc.).

As práticas de governança no território com os agentes do terciário social

Hoje, podemos afirmar que o terciário social nasce no local, é tendencialmente decidido de forma participada no local (diagnósticos sociais e redes sociais) e, em consequência, terá vantagens em estar apoiado em fontes de financiamento cujas prioridades sejam também decididas localmente.

Por outro lado, as ADL e os GAL são atualmente plataformas de consensualização para a ação, de integração de instrumentos de planeamento e de integração de instrumentos de política. O reforço da sua atuação no domínio do desenvolvimento social poderá ser beneficiado com o estudo e implementação de novas composições dos GAL integrando outros atores do terciário social.

Da mesma forma as Redes Sociais concelhias poderão integrar outros atores do Des. Rural constituindo-se como um instrumento mais amplo, não apenas focalizado na inclusão social, na ação social e nos equipamentos sociais mas que aborde e mobilize vontades para atuações noutras questões essenciais como o mercado de trabalho e o emprego, etc..

A articulação entre os GAL e as redes sociais além de ser fator de mútua consolidação, melhora a coordenação das políticas sociais e contribui para ganhos de eficácia dos seus instrumentos.

A ser assim, poderemos assistir a novas práticas de governança, efetivamente corresponsabilizadoras dos agentes e contribuintes da satisfação de atuais e futuras necessidades locais.

Além da desejável territorialização de outros instrumentos de política (nas áreas sociais e de educação e formação de adultos), os apoios derivados dos instrumentos para o desenvolvimento rural, jogam aqui um papel essencial de estruturação de relações conducentes ao aumento dos níveis de governança. Noutra óptica, a do futuro período de programação dos fundos estruturais europeus, esta é uma ideia que está em linha com a preconizada estratégia plurifundos e com o enfoque dado ao designado “Desenvolvimento Local de Base Comunitária”.



ANEXO



Quadro anexo 1
População residente por escalões etários

Concelhos	0-14 anos		15-64 anos		65 + anos		População residente total	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Carregal do Sal	1655	1347	6588	5973	2 168	2 515	10 411	9 835
Mortágua	1 246	1 012	6 938	5 920	2 195	2 675	10 379	9 607
Santa Comba Dão	1 789	1 533	8 060	7 111	2 624	2 953	12 473	11 597
Tondela	4 445	3 443	19 618	17627	7 089	7 876	31 152	28 946
Alcacer do Sal	1 841	1 685	9 311	8 081	3 135	3 280	14 287	13 046
Montemor-o-Novo	2 334	2 095	11 489	10 339	4 755	5 003	18 578	17 437
Mourão	527	412	1 945	1 568	758	683	3 230	2 663
Viana do Alentejo	831	823	3 383	3 453	1 401	1467	5 615	5 743
Almodôvar	936	883	5 085	4 325	2 124	2 241	8 145	7 449
Barrancos	255	246	1 179	1 132	490	456	1 924	1 834
Cuba	700	637	3 020	2 997	1 274	1 244	4 994	4 878
Mértola	1 005	665	4 887	4 096	2 820	2 513	8 712	7 274
Moura	2 546	2 402	10 334	9 189	3 710	3 576	16 590	15 167
Serpa	2 316	1 953	10 336	9 633	4 071	4 037	16 723	15 623

Fonte: Pordata 2012

Quadro anexo 2
População empregada por setores de atividade económica
nos 14 municípios

	TOTAL		Primário		Secundário		Terciário	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Anos								
Concelho								
Carregal do Sal	3.863	3.424	336	153	1.764	1.327	1.763	1.944
Mortágua	4.103	3.529	673	282	1.607	1.237	1.823	2.010
Santa Comba Dão	4.758	4.271	333	147	2.022	1.552	2.403	2.572
Tondela	12.494	10.719	2.184	858	4.559	3.643	5.751	6.218
Alcácer do Sal	6.206	5.291	1.460	928	1.556	1.014	3.190	3.349
Montemor-o-Novo	7.751	7.231	1.321	1.010	1.949	1.481	4.481	4.740
Mourão	1.346	844	142	104	528	143	676	597
Viana do Alentejo	2.300	2.362	357	290	666	522	1.277	1.550
Almodôvar	2.974	2.668	424	193	1.062	847	1.488	1.628
Barrancos	645	655	69	67	127	141	449	447
Cuba	1.761	1.817	254	206	409	325	1.098	1.286
Mértola	2.741	2.411	517	369	643	505	1.581	1.537
Moura	6.045	5.034	1.194	880	1.695	950	3.156	3.204
Serpa	5.930	5.348	1.348	1.002	1.227	885	3.355	3.461

Fonte: Pordata 2012

Quadro anexo 3

% de população empregada por setores de atividade económica
nos 14 municípios

Anos Concelho	TOTAL		Primário		Secundário		Terciário	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Carregal do Sal	100%	100%	9%	4%	46%	39%	46%	57%
Mortágua	100%	100%	16%	8%	39%	35%	44%	57%
Santa Comba Dão	100%	100%	7%	3%	42%	36%	51%	60%
Tondela	100%	100%	17%	8%	36%	34%	46%	58%
Alcácer do Sal	100%	100%	24%	18%	25%	19%	51%	63%
Montemor-o-Novo	100%	100%	17%	14%	25%	20%	58%	66%
Mourão	100%	100%	11%	12%	39%	17%	50%	71%
Viana do Alentejo	100%	100%	16%	12%	29%	22%	56%	66%
Almodôvar	100%	100%	14%	7%	36%	32%	50%	61%
Barrancos	100%	100%	11%	10%	20%	22%	70%	68%
Cuba	100%	100%	14%	11%	23%	18%	62%	71%
Mértola	100%	100%	19%	15%	23%	21%	58%	64%
Moura	100%	100%	20%	17%	28%	19%	52%	64%
Serpa	100%	100%	23%	19%	21%	17%	57%	65%

Fonte: Pordata 2012

(lar de idosos e residência)

Quadro anexo 4

Capacidade das respostas sociais por concelho

Concelhos	Creche	Centro de Actividades Ocupacionais	Lar Residencial	Centros de dia	Estrutura residencial para idosos (lar de idosos e residência)	Serviço de apoio domiciliário
Carregal do Sal	33	30	15	35	110	135
Mortágua	73	0	0	25	137	84
Santa Comba Dão	111	0	0	89	161	184
Tondela	190	60	30	141	424	539
Alcacer do Sal	155	0	0	293	251	250
Montemor o Novo	174	80	22	238	425	283
Mourão	0	0	0	30	74	30
Viana do Alentejo	95	0	0	50	246	50
Almodôvar	45	25	14	40	180	150
Barrancos	0	0	0	10	41	56
Cuba	35	0	0	60	167	70
Mértola	66	0	0	84	119	356
Moura	138	45	20	116	254	307
Serpa	105	0	0	110	308	227

Fonte: Carta social 2012



Bibliografia

- Carta Social, Rede de Equipamentos e Serviços, Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento, Ministério do trabalho e da Solidariedade (Julho 2000).
- Social Innovation: Determinants of the demand for high-quality institutional care by the elderly, Carla Susana MARQUES, DESG/CETRAD-UTAD, Vila Real, Portugal; Chris GERRY, DESG/CETRAD-UTAD, Vila Real, Portugal; Francisco DINIZ, DESG/CETRAD-UTAD, Vila Real, Portugal, Ana Luísa FERREIRA, Lar-Hotel da SCMVR, Vila Real, Portugal.
- Portugal's Nonprofit Sector in Comparative Context (Abril 2012), Lester M. SALAMON; S.Wojciech SOKOLOWSKI, Megan HADDOCK, Helen Stone TICE;
- Projeto Rede em Prática, *Relatório final da avaliação do programa rede social 2010-2012*, ISS,IP;
- Desenvolvimento Rural no Horizonte 2020, *Relatório Final Preliminar*, Federação Minha Terra.
- Conta Satélite da Economia Social, INE,IP e CASES, Abril 2013.





